

EDITORA AUTORES ASSOCIADOS LTDA.

Uma editora educativa a serviço da cultura brasileira

Av. Albino J. B. de Oliveira, 901
Barão Geraldo – CEP 13084-008
Campinas-SP – Pabx/Fax: (19) 3289-5930
e-mail : editora@autoresassociados.com.br
Catálogo on-line : www.autoresassociados.com.br

Conselho Editorial "Prof. Casemiro dos Reis Filho"

*Bernardete A. Gatti
Carlos Roberto Jamil Cury
Dermeval Saviani
Gilberta S. de M. Jannuzzi
Maria Aparecida Motta
Walter E. Garcia*

Diretor Executivo
Flávio Baldy dos Reis

Coordenadora Editorial
Érica Bombardi

Assistente Editorial
Aline Marques

Revisão
Ruth Joffily

Diagramação e Composição
DPG LTDA.

Capa
*Criação e Letraute
Milton José de Almeida*

Arte-Final
*Vlad Camargo
Érica Bombardi*

Impressão e Acabamento
Gráfica Paym

Carmen Soares

EDUCAÇÃO FÍSICA

Raízes Europeias e Brasil

4ª Edição

Coleção Educação Contemporânea

AUTORES ASSOCIADOS



**EEFE - USP
BIBLIOTECA**

16248

cessário que na organização dos movimentos sejam considerados não apenas o corpo, mas também os sentimentos e as relações sociais. Por ter percebido a importância e o valor da História Social para a Educação Física, a professora Carminha realizou um estudo inédito na área, que, no entanto, como ela bem sabe, é apenas o primeiro passo...

Dulce Maria Pompeão de Camargo

CAPÍTULO • UM

AS BASES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

1. A CIÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO HOMEM NOVO NECESSÁRIO AO CAPITAL: HOMEM PRODUTIVO/HOMEM BIOLÓGICO

O século XIX é particularmente importante para o entendimento da Educação Física, uma vez que é neste século que se elaboram conceitos básicos sobre o corpo e sobre a sua utilização como força de trabalho.

• Na Europa e em especial na França, este é o período no qual se consolidam o Estado burguês e a burguesia como classe, criando condições objetivas para que as suas próprias contradições de classe no poder apareçam, e seja inevitável o reconhecimento da existência de seu oponente histórico: a classe operária. Para manter a sua hegemonia, a burguesia necessita, então, investir na construção de um homem novo, um homem que possa suportar uma nova ordem política, econômica e social, um novo modo de reproduzir a vida sob novas bases. A construção desse homem novo, portanto, será integral, ela "cuidará" igualmente dos aspectos mentais, intelectuais, culturais e físicos.

• É nesta perspectiva que podemos entender a Educação Física como a disciplina necessária a ser viabilizada em todas as instâncias, de todas as formas, em todos os espaços onde poderia ser efe-

tivada a construção deste homem novo: no campo, na fábrica, na família, na escola. A Educação Física será a própria expressão física da sociedade do capital. Ela encarna e expressa os gestos automatizados, disciplinados, e se faz protagonista de um corpo "saúdável": torna-se receita e remédio para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade, e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico... familiar.

Na consolidação dos ideais da Revolução Burguesa, a Educação Física¹ se ocupará de um corpo a-histórico, indeterminado, um corpo anatomofisiológico, meticulosamente estudado e cientificamente explicado. Ela negará o funambulismo, os acrobatas, a especulação, e buscará as explicações para a sua atuação na visão de ciência hegemônica na sociedade burguesa: a visão positivista de ciência.

A mesma visão de ciência que fornecerá respostas para as indagações que se coloca a burguesia no poder. A mesma visão de ciência que se constituirá em canal para a veiculação da visão de mundo desta classe e que fornecerá as justificativas para o seu modo de ser e de viver.

* A Educação Física íntegra, portanto, de modo orgânico, o nascimento e a construção da nova sociedade, na qual os privilégios conquistados e a ordem estabelecida com a Revolução Burguesa não deveriam mais ser questionados. Estava sendo criada pelo homem, sujeito que conhece, uma sociedade calcada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, uma sociedade na qual haveria um mercado livre, uma venda livre da força de trabalho². Estava se consolidando o triunfo do capitalismo, que ocorre sob a direção da burguesia a partir da dupla revolução³, triunfo este que rompe e abole

1. Ao longo deste trabalho, o termo Educação Física, escrito com letra minúscula, será utilizado quando nos referirmos às sistematizações científicas ocorridas em torno dos exercícios físicos, jogos e esportes. O termo "gimnástica", que aparece em obras da época, pode ser considerado como sinônimo de Educação Física, e em alguns momentos ele será por nós utilizado, assim como aparecerá com frequência em citações de diferentes autores.
2. "Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie." (Marx, 1985, p. 187)
3. "Não seria exagerado considerarmos esta dupla revolução - a francesa, bem mais política, e a Industrial (inglesa) - não tanto como coisa que pertença à história

as relações feudais em toda a Europa Ocidental, e cria, com seu ideário, as condições objetivas para a construção desta nova sociedade, regida pelas leis do capital e pautada na abordagem positivista de ciência.

Esta abordagem de ciência, calcada nos princípios da observação, experimentação e comparação, é aquela que realizou, ao longo dos séculos XVII a XIX, aquilo que poderíamos chamar de uma naturalização dos fatos sociais, criando um "social biologizado".

Nesse processo de (re)construção da sociedade, o homem, um ser que se humaniza pelas relações sociais que estabelece, passa a ocupar o centro de criação desta nova sociedade. Porém passa a ser explicado e definido nos limites biológicos. É o homem biológico e não o homem antropológico o centro da nova sociedade. E é o homem biológico que se torna o ponto de referência: tudo o que o envolve, tudo o que se altera, será entendido como domínio seu sobre o mundo. Não existem mais milagres divinos para explicar o curso dos acontecimentos, existem leis próprias a que o mundo físico e humano deve obedecer e que a ciência deve descobrir.

As descobertas científicas da época, se, por um lado, permitem ao homem construir novos instrumentos de trabalho e, assim, aumentar o seu domínio progressivo sobre a natureza, transformando-a para melhor dela usufruir, por outro, criam as condições para sedimentar a atuação da burguesia contra-revolucionária no poder.

Existe uma clara consciência de classe por parte da burguesia, ela tem a certeza de que é dona de seu próprio destino e de que são os homens que transformam a natureza e criam as leis da sociedade, leis essas que seriam descobertas pela ciência. É a razão absolutizada que determina todos os passos a serem dados para que seja possível atingir a "plena felicidade".

O desenvolvimento e a complexificação desta sociedade, das leis da economia, da exploração desenfreada do capital em relação ao trabalho, exigiam novas formas de pensar a natureza, a sociedade e as relações dos homens entre si. Era necessário que houvesse explicações absolutamente irrefutáveis, portanto, científicas sobre

dos dois países que foram seus principais suportes e símbolos, mas sim como a cratera gêmea de um vulcão regional bem maior [...] (Hobsbawm, 1982, p. 18).

a nova sociedade e sobre as exigências de um homem novo ainda em construção.

O pensamento social da época, através das disciplinas sociais, preocupou-se com estas relações e com o perfil deste homem novo necessário ao capital.

* Nas disciplinas sociais que se estruturaram ao longo do século XIX, predominou o pensamento naturalista do positivismo, que fez nascer a disciplina que tinha como objeto de enunciados positivos (científicos) a própria sociedade como tal e suas leis (ver Luz, 1988, p. 74).

* O modelo de conhecimento adotado por esta corrente de pensamento, que se baseia ainda na física, mas sobretudo na biologia e na história natural, é o modelo mecanicista⁴, no qual a triade formada pelo sujeito que conhece, pelo objeto do conhecimento e pelo conhecimento como produto do processo cognitivo, não possui uma relação dinâmica. O conhecimento é cópia do objeto, é reflexo cuja gênese está em relação com a ação mecânica do objeto sobre o sujeito, razão pela qual este modelo é qualificado de mecanicista (SCHAFF, 1983, pp. 73-74).

Este modelo de conhecimento, que serve de base para a abordagem positivista de ciência, é de natureza individualista. Nele o indivíduo – sujeito que conhece – aparece como que isolado da sociedade e alheio a sua ação, ou, em outras palavras, aparece como um ser independente da cultura, podendo deste modo ser

reconduzido à sua existência biológica que determina de uma maneira natural os seus caracteres e as suas propriedades [...] o indivíduo humano é biologicamente determinado e introduz esta determinação no processo do conhecimento por intermédio do seu aparelho perceptivo; apenas registra e transforma os impulsos vindos do mundo exterior (SCHAFF, 1983, p. 78).

A abordagem positivista de ciência, pautada por este modelo do conhecimento, vai produzir um conjunto de teorias que passa-

rão a justificar as desigualdades sociais pelas desigualdades biológicas, e, como tais, "desigualdades naturais". Uma vez abstraído o elemento histórico-social na determinação do sujeito que conhece, o que resta é um ser determinado pelas leis biológicas e cujas relações humanas não vão além daquelas que estabelece a própria natureza.

A sociedade passa, então, a ser comparada ao orgânico e vista como um grande organismo vivo que evolui do inferior ao superior, do simples ao complexo. Consolidou-se a ideia de que é regida por leis naturais, invariáveis e independentes da ação humana, porque até mesmo o homem fica reduzido aos seus determinantes biológicos. Organicismos, evolucionismo e mecanicismo unem-se e conferem à racionalidade moderna os traços característicos do século XIX, o século da grande revolução científica dos laboratórios, da industrialização e do crescimento das disciplinas e instituições sociais⁵.

Michel Lowy evidencia em seus estudos sobre os pressupostos básicos da abordagem positivista de ciência a ideia de serem as ciências da sociedade idênticas às ciências da natureza, devendo ambas, de igual modo

limitarem-se à observação e à explicação causal dos fenômenos de forma objetiva, neutra e livre de julgamento de valor ou de ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos (Lowy, 1987, p. 17).

A elaboração de uma concepção naturalizada do social se colocava como necessária, na medida em que a nova sociedade se apresentava de modo cada vez mais contraditório. Nunca se viu tanta riqueza acumulada e nunca as populações estiveram sujeitas a uma miséria tão generalizada, e absolutamente desprovidas de qualquer defesa do ponto de vista social. Os grandes triunfos da indústria eram acompanhados de uma degradação social jamais vista e vivida por civilizações anteriores.

4. Sobre o assunto, consultar Henri Lefebvre (1983) e Adam Schaff (1983).

5. Ver Madel Terezinha Luz, 1988, pp. 78-79; ver também Emile Durkheim, 1983.

Nas primeiras décadas do século XIX, a economia européia encontra-se em plena expansão. A necessidade de um grande contingente de mão-de-obra se faz presente para atuar em diferentes setores da produção, em diferentes ramos do capital inerentes à divisão do trabalho que, a cada momento, fragmenta-se mais e mais.

As desigualdades sociais devem ser justificadas em nome do progresso e da necessidade de diferentes indivíduos para ocuparem - de acordo com suas "aptidões naturais" - as diferentes posições e cargos dentro da nova ordem social estabelecida, posições estas que vão sendo hierarquizadas para as diferentes classes sociais em função do lugar que ocupam na produção.

A nova sociedade "igualitária", "fraterna" e "livre", não o era para a maioria da população. Para esta maioria, o "progresso" advindo dos "benefícios" da indústria crescente nada mais era do que miséria, degradação da vida, descaracterização do que ainda restava de humano na sociedade, uma sociedade na qual, segundo Marx e Engels,

todas as nossas invenções e todos os nossos progressos parecem não provocar outro resultado senão o de dotar de vida e de inteligência as forças materiais e de embrutecer o homem rebaixando-o ao nível de uma força puramente física [MARX & ENGELS, 1978, pp. 150-151].

A urbanização e a proletarianização da Europa, decorrentes da Revolução Industrial, especialmente nos países centrais da dupla revolução (França e Inglaterra), demonstram e exportam para o mundo um tipo de vida degradante a que foi sujeita parcela significativa de sua população. O crescimento rápido e desordenado das cidades e áreas industriais não foi acompanhado pela ampliação dos serviços mais elementares nas cidades, como, por exemplo, a limpeza das ruas e os serviços sanitários. O aparecimento das grandes epidemias, como a cólera, o tifo e a febre recorrente entre 1831 e 1840, evidencia de forma contundente a deterioração do espaço urbano.

Todavia, os terríveis efeitos desta deterioração não eram sentidos pelas classes média e alta a esta época, pois o desenvolvi-

mento urbano empurrava os pobres para as grandes concentrações de miséria distantes dos centros de governo e das novas áreas residenciais da burguesia. Como afirma Hobsbawn, "o desenvolvimento urbano foi um gigantesco processo de segregação de classes" (1982, p. 224).

Em 1848, as massas desesperadas que cresciam nos cortiços, aliadas de um processo "civilizatório" que ajudavam a construir como força de trabalho, começam a tomar consciência de si como classe, evidenciando através da revolução social sua resistência e sua força. Os miseráveis eram agora uma dupla ameaça à burguesia no poder. De um lado, a organização da classe operária, de outro, as suas epidemias, as quais, embora nascendo nos cortiços, começavam também a atingir os ricos. Este quadro de ameaça exigiu a tomada de algumas providências para a reconstrução e o aperfeiçoamento urbano de forma mais sistemática.

A moralização sanitária na Europa, em meados do século XIX, tratará de reorganizar o espaço de vida dos indivíduos. Seu discurso normativo veiculará a ideia de que as classes populares vivem mal por estarem impregnadas de vícios, de imoralidade, por viverem sem regras. O discurso das classes no poder será aquele que afirmará a necessidade de garantir às classes mais pobres não somente a saúde, mas também uma educação higiénica e, através dela, a formação de hábitos morais. É este discurso que incorpora a Educação Física e a percebe como um dos instrumentos capazes de promover uma assepsia social, de viabilizar esta educação higiénica e de moralizar os hábitos.

Segundo Singer, Campos e Oliveira (1981, p. 21), fazia-se necessário, sobretudo, justificar um quadro social no qual a prostituição, o alcoolismo, o infantocídio e a demência eram comuns. Do mesmo modo, outra necessidade se fazia visível: a de "domesticar" as massas urbanas submetidas a jornadas de trabalho que variavam de 13 a 16 horas diárias, incluindo mulheres e crianças, recebendo salários insuficientes até mesmo para lhes proporcionar uma nutrição adequada.

Estavam dadas as condições para que a força de resistência e de revolta das grandes massas se transformasse num grande movimento operário, constituindo-se como resposta ao grito do homem

pobre. Em 1848 havia algo de novo no movimento operário, que era a consciência de classe e a ambição de classe.

A burguesia, ameaçada com a possível perda de privilégios adquiridos com a exploração desenfreada da força de trabalho, reforça o seu aparato ideológico e científico. Busca explicações "científicas" e acentua os aspectos hereditários e genéticos nas justificativas que elabora sobre a miséria que se desenvolve justaposta ao progresso – a miséria que é parte constitutiva das leis do capital.

Conter os avanços do movimento operário e desenvolver um conjunto de crenças, idéias e valores capaz de determinar "cientificamente" o "lugar de cada um" torna-se imperioso para a burguesia contra-revolucionária no poder.

Para esta classe, a ciência, em sua abordagem positivista, deveria descobrir as "fórmulas" e as "leis" capazes de manter a "ordem natural" dos fatos e o desenvolvimento, também natural, da sociedade. As metáforas organicistas dão mostras da compreensão que a classe no poder tinha da sociedade e dos homens.

As revoltas, as crises pelas quais passava a sociedade deveriam ser "curadas", assim como se curam doenças. Afinal, este grande organismo vivo – a sociedade – não poderia ceder às suas enfermidades. E as suas "enfermidades" seriam curadas através de uma meticulosa reorganização e adequação de espaços, de indivíduos, onde cada um receberia uma ocupação de acordo com suas possibilidades individuais e com suas "aptidões naturais"⁶. Além, é claro, de uma boa dose de hierarquia.

Para o pensamento social predominante – o positivismo – o bom funcionamento da sociedade estaria garantido se esta reorganização e adequação de espaços e de indivíduos fosse acentuadamente

hierarquizada. Augusto Comte acreditava na necessidade da hierarquia, à qual se submeteriam todos os proletários para que o progresso seguisse seu curso normal. Para Comte, a organização da sociedade, o seu regime público consiste na

dupla máxima: dedicação dos fortes pelos fracos, veneração dos fracos pelos fortes. Nenhuma sociedade pode perdurar se os inferiores não respeitarem os superiores. Nada confirma melhor semelhante lei do que a degradação atual em que, por falta de amor, cada um não obedece sendo à força, se bem que o orgulho revolucionário deplora o pretendido servilismo de nossos antepassados, que sabiam amar seus chefes [Comte apud Barco, 1979, pp. 48-49].

De que degradação fala Comte? Da exploração do trabalho pelo capital? Da desumanização do operário urbano? Da vida miserável nos cortiços lamacentos, das fábricas escuras, úmidas, sem ventilação? Da fome que graciosa livre na sociedade da abundância? Evidentemente, A. Comte considerava "degradação atual" o fato de o operário fazer-se classe, ameaçar a burguesia, desencadear crises num sistema que deveria... "transcorrer sem elas". "Degradação atual" era também o trabalho de outros intelectuais, como por exemplo Karl Marx, que buscava explicar a sociedade pelo seu modo de produzir e reproduzir a vida, ou seja, pelo trabalho.

Com sua "filosofia positiva", Comte acreditava estar elaborando uma sólida reorganização social, reorganização esta que deveria pôr fim ao permanente estado de crise que vivem as nações civilizadas há tanto tempo.

Para A. Comte, a sociedade deveria ser estudada pela "física social", pois é ela que tem a sociedade como seu objeto próprio de estudo. Para a "física social", os fenômenos sociais deveriam ser entendidos a partir do mesmo referencial dos fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos. Isto porque, os fenômenos

7. A "filosofia positiva" de A. Comte encontra-se dividida em cinco ciências fundamentais "cuja sucessão é determinada pela subordinação necessária e inevitável, fundada, independentemente de toda opinião hipotética, na simples comparação aprofundada dos fenômenos correspondentes: a astronomia, a física, a química, a filosofia e enfim a física social" (Comte, 1983a, p. 33).

6. Noelle Bissseret afirma que "a história da palavra 'aptidão' revela descontinuidades radicais de sentido [...] constata-se que é a partir do século XVIII que a noção de aptidão se torna importante, ao se articular com as noções de mérito e de responsabilidade individual, elementos da ideologia igualitária. Após a Revolução Francesa, se o seu lugar permanece central nesse sistema ideológico, a função que ela exerce se altera radicalmente: a noção de aptidão, a partir das desigualdades sociais e escolares que se traduzem e perpetuam. Como a nova sociedade e as instituições escolares são colocadas como igualitárias, a causa das desigualdades só pode ser atribuída a um dado 'natural'" (Bissseret, 1978, p. 31).

socials, assim como os fenómenos da natureza, estariam sujeitos a leis naturais e invariáveis, cujas descobertas deveriam ser a finalidade precípua das pesquisas científicas.

A sociedade será então estudada a partir de, e subordinada aos "fenômenos naturais", porque, para o positivismo, "o social é subordinado ao orgânico, ou seja, a filosofia social é subordinada à filosofia natural" (Berco, 1979, p. 17).

A observação, a experimentação e a comparação, procedimentos básicos das ciências naturais, especialmente as biológicas, são universalizadas para o estudo do humano através do pensamento positivista, uma vez que este pensamento nasce no âmbito das ciências humanas, mas utiliza-se dos métodos e das técnicas próprias às ciências naturais.

E a Educação Física, seja aquela que se estrutura no interior da instituição escolar, seja aquela que se estrutura fora dela, será a expressão de uma visão biológica e naturalizada da sociedade e dos indivíduos. Ela incorporará e veliculará a idéia da hierarquia, da ordem, da disciplina, da fixidez, do esforço individual, da saúde como responsabilidade individual. Na sociedade do capital, constituir-se-á em valioso objeto de disciplinarização da vontade, de adequação e reorganização de gestos e atitudes necessários à manutenção da ordem. Estará organicamente ligada ao social biologizado, cada vez mais pesquisado e sistematizado ao longo do século XIX, pesquisas e sistematizações estas que vêm responder, paulatinamente, a um maior número de problemas que se coloca a classe no poder.

Final, tendo reivindicado a soberania do povo de frente à nobreza, a burguesia não irá recusar a igualdade entre os homens, uma vez que, se todos são considerados livres e iguais no direito, o destino do ser humano na terra não depende mais da ordem estabelecida, mas das capacidades individuais, e aqueles que não conseguem atingir um grau mais elevado na escala social demonstram a sua própria falta de inteligência pessoal, de energia, de força moral que os condena, juntamente com a hipótese de uma "herança racial".

As descobertas científicas darão suporte a esta ideologia justificadora das desigualdades, trazendo-lhe o respaldo da ciência. Assim é que as pesquisas antropométricas, surgidas na primeira

metade do século XIX, suscitaram grande interesse e se estenderam por vários países do mundo.

Estas e outras formulações científicas, como veremos adiante, tinham por objetivo determinar espaços e lugares para os indivíduos na sociedade. Não se afirmava mais que as desigualdades eram criações humanas, fruto de um regime político despótico, ou divinas, fruto da vontade de um ser supremo. Afirmava-se que elas eram fruto da própria natureza, as desigualdades dependiam agora de causas biológicas, as quais eram determinantes.

Assim como a física de Newton e suas leis matemáticas dominaram o pensamento social do século XVII, a biologia o fez no final do século XIX, época na qual as transformações sociais passaram a ser pensadas e explicadas a partir de leis da evolução biológica cujo grande referencial foi a biologia evolutiva de Charles Darwin⁸.

Para o homem oitocentista, a evolução como processo contínuo que transformava e modificava o mundo era bastante compreensível: chamava-se competição e impulsionava o progresso. Todavia, o que não se admitia era que, com a alegação de estar-se fazendo estudo sobre a evolução, os homens estivessem tão-somente verificando as práticas sociais do capitalismo em relação a seres humanos considerados plantas e animais em estado natural (Bernal, 1976, p. 1118).

As idéias evolucionistas sobre as espécies de plantas, conchas, moluscos, aves... e seres humanos, já eram aceitas nos meios científicos da primeira metade do século XIX e davam sustentação a inúmeros trabalhos sobre seres humanos.

Em 1852, por exemplo, Gobineau publica, a partir de estudos biológicos, de hereditariedade e genéticos, uma obra claramente racista, o *Essai sur l'Inégalité des races humaines*, na qual procura

demonstrar cientificamente que a hierarquia dos povos e das classes sociais se fundamenta em diferenças biológicas. A dominação de uns por outros é, portanto, natural e legítima. Certos povos têm uma "aptidão para um desenvolvimento intelectual indefinido"; os

8. A teoria sobre a origem das espécies de C. Darwin foi editada no ano de 1859.

que são privados dessa aptidão podem, certamente, imitar os outros, mas a imitação não indica necessariamente uma séria ruptura com as tendências hereditárias [BISSEK, 1978, p. 43].

É preocupante a redução que faz Gobineau das diferenças sociais, seja entre povos ou classe, a "diferenças biológicas", que supõem serem determinantes. Esta é a ideologia igualitária da burguesia. E é esta ideologia igualitária que se alimenta constantemente da ciência. Uma ciência que contraditoriamente constitui-se em força estranha para a classe operária, um deus oculto.

Todas as desigualdades sociais, todas as diferenças de classe tomam, assim, a aparência de diferenças hereditárias, genéticas, portanto, naturais, transmitidas de geração a geração, sem possibilidade histórica de serem alteradas. Afinal, são as pesquisas científicas que "demonstram", pelos dados apresentados, esse quadro absolutamente inalterável.

Francis Galton⁹ procura demonstrar com seus estudos, e com a ajuda de um novo método científico, que as diferenças mentais são hereditárias e que dependem da mesma ordem de fatores dos quais dependem as diferenças de estatura. Galton desenvolveu o método das correlações¹⁰ e, através dele, pode medir, de um lado, a intensidade das ligações existentes entre as aptitudes mentais e as aptitudes físicas, e, de outro lado, as aptitudes dos pais e dos filhos. Essa "mensuração" (isenta de paixões) é que permite a "verificação" do caráter natural e hereditário das aptitudes.

As leis biológicas, ao longo de todo o século XIX, subordinam as leis sociológicas. A "ideologia das aptitudes naturais" permeia os estudos científicos e as práticas sociais deles decorrentes. As leis biológicas aprisionam o homem ao seu organismo, percebem as suas necessidades apenas como necessidades orgânicas e biológicas.

9. Francis Galton, estudando a hereditariedade de britânicos de talento excepcional, verificou que "muitos deles eram aparentados e que pertenciam a um reduzido número de famílias. Preocupado pela biologia, esqueceu-se do facto histórico de que a classe dirigente da Grã-Bretanha constituía naquele tempo uma reduzida minoria, onde as famílias se ligavam constantemente pelo casamento e o facto social de que as probabilidades de êxito, mesmo intelectual, cessavam e continuavam a estar esmagadoramente desequilibradas a favor dos filhos de famílias cultas e bem instaladas na vida" (BENNETT, 1977, pp. 1118-1119).

10. Conferir Bissek, 1978, p. 44.

cas, "esquecendo-se" de que, embora algumas necessidades sejam desta ordem, elas são satisfeitas socialmente.

É o pagamento da força de trabalho que permite ao homem prover sua existência e reproduzir a vida. É o trabalho que determina, pelo quinhão pago na produção e reprodução das relações econômicas, as condições que permitem ao homem perceber-se humano e constituir-se em classe... ser operário, médico, artista, e não os seus predicados genéticos e hereditários como advogam as teorias raciais aqui brevemente discutidas.

Estas teorias constituíram-se em instrumentos de poder da burguesia, uma vez que, "demonstrando" dados biológicos isolados da vida dos indivíduos em sociedade, ideologicamente confirmavam a superioridade de uns sobre os outros como sendo "natural" e "hereditária". Os estudos de Darwin, se, por um lado, tiveram um efeito libertador, visto que destruíram a idéia de estágios permanentemente ordenados da sociedade introduzindo a idéia de mudança (evolução), por outro lado contribuíram significativamente para cimentar uma ideologia justificadora das desigualdades sociais. Tais desigualdades seriam causadas por problemas de ordem biológica, pois a idéia de uma concorrência vital, com seleção natural e a sobrevivência dos mais aptos identificava-se com a ideologia da distribuição das funções ligadas à espontaneidade (BISSEK, 1978, p. 43). Quanto aos princípios da seleção natural, eles permitem, por exemplo, afirmar que

os caracteres que asseguram a sobrevivência aos indivíduos mais aptos de cada espécie, transmitem-se por hereditariedade e acenam-se com o tempo. Assim se opera no plano biológico uma seleção natural que dá origem às diferentes espécies: e também às diferentes raças [Luz, 1982, p. 172].

Com este tipo de pressuposto, a burguesia irá acentuar o "esforço pessoal" e o valor individual de cada um, afirmando, ainda, que os mais aptos vencem, portanto, "competem". Competição e concorrência, grandes elos do capitalismo, serão entendidos como naturais e não como produto de um processo histórico de desenvolvimento da sociedade.

Vencendo a "competição" da vida nesta "seleção natural", os "mais aptos" irão melhorar a raça que, geneticamente, irá se depurando e... teorias científicas que comprovassem a idéia do "melhoramento" e da "depuração" da raça foram sendo desenvolvidas.

• No ano de 1865, Francis Galton, a quem já nos referimos neste estudo, funda em Londres a Eugenic Society para estudar uma nova ciência, a eugenia, cujo conteúdo responderá com muita prioridade às questões relativas às desigualdades sociais, afirmando serem elas "naturais".

A eugenia ousou ser a ciência capaz de explicar biologicamente a humanidade, fornecendo uma ênfase exacerbada na raça e no nascimento. Postulava uma identidade do social e do biológico, propondo-se a uma intervenção científica na sociedade, explicando o primeiro pelo segundo.

A eugenia, segundo J. D. Bernal, permitiu a utilização do "argumento da raça para justificar toda a exploração de classe ou colonial: até podia ser utilizada para provar que os brancos e os negros pertenciam a espécies diferentes" (BERNAL, 1976, p. 1119).

Não cabe aqui desenvolver uma discussão mais profunda acerca do significado histórico das teorias raciais elaboradas ao longo dos séculos XIX e XX. O caso da eugenia, teoria racial que se pretendu ciência, toca-nos mais profundamente, uma vez que traduz de forma mais explícita as preocupações de uma determinada classe em manter, de todas as formas e por todos os meios, a sua hegemonia, bem como pela sua estreita relação com a retomada de estudos que visavam o desenvolvimento e a aplicação da Educação Física no século XIX em toda a Europa e as suas repercussões mundiais.

No caso do Brasil, a Educação Física aparecerá vinculada aos ideais eugênicos de regeneração e embranquecimento da raça, figurando em congressos médicos, em propostas pedagógicas e em discursos parlamentares.

As teorias raciais, particularmente a eugenia, foram poderosos instrumentos nas mãos da burguesia para justificar seu domínio de classe, para auto-intonitular-se a única classe capaz de manter a "ordem" e de viabilizar, a partir dela, o "progresso"¹¹.

11. "Ordem e Progresso" é o binômio essencial do positivismo... "A constituição do positivismo se fundamenta nesse lema projetando todas as pesquisas e todo

As evidências da "superioridade racial" da classe dominante eram apontadas pela ciência, cujas explicações e justificativas, das exclusivamente a partir do "observável", do "demonstrável" e do "quantificável", eram absolutamente irrefutáveis. O dado isolado, parcial, unilateral é que explicava a complexidade das relações sociais e econômicas, é que determinava o lugar a ser ocupado pelos indivíduos na sociedade e na produção. O particular explicava o geral como mão única, sem reverses, sem contradições. Desse modo, os homens surgem como que determinados por uma natureza biológica que os aprisiona num terrível fatalismo hereditário.

Com a certeza da determinação biológica, delimitavam-se os espaços de classe, determinavam-se funções de classe e papéis sociais, e garantia-se, desse modo, a continuidade "harmoniosa" da ordem social vigente.

Se o homem é um ser biológico e todas as suas ações se explicam a partir de causas também biológicas, como postulam as teorias científicas do século XIX, ganharão espaço na sociedade profissionais que dominem o conhecimento sobre o biológico, assim como práticas que possam, através dele, intervir na sociedade.

2. DA SAÚDE DO "CORPO BIOLÓGICO" À SAÚDE DO "CORPO SOCIAL": O PENSAMENTO MÉDICO HIGIENISTA E A DEFINIÇÃO DOS HÁBITOS DA FAMÍLIA MODERNA

• A Europa do século XVIII e início do século XIX, especialmente nos países centrais da "dúplice revolução" política e econômica, ocorrida respectivamente na França e na Inglaterra, vai desenvolver, através de determinadas políticas de saúde¹², formas explíci-

modo de ser na reconstrução da civilização ocidental [...] "Ordem e Progresso", traduz-se na marcha da civilização que deve ser dinâmica, mas inalterável nas relações de poder. Em consequência, focaliza-se a repulsa às revoluções violentas, que são entrave no progresso. Para que exista o progresso é necessário ordem e vice-versa" (Barco, 1979, p. 41).

12. No livro *Micro/Isica do Poder* (1985), Michel Foucault descreve as particularidades dos projetos de medicina social desenvolvidos na França, Inglaterra e Alemanha, pp. 79-98. Ver também *Da Política Médica à Medicina Social* de George Rosen (1979).

tas de controle das populações urbanas, para as quais o corpo dos indivíduos e o "corpo social" são tomados como objetos mensuráveis, passíveis de classificações e generalizações isentas de paixões e impregnadas da neutralidade própria da abordagem positivista de ciência.

* O corpo individual, como unidade produtiva, máquina menor da engrenagem da indústria capitalista, passa a ser então uma mercadoria¹³,... será um objeto socializado pelas novas relações de produção, um instrumento a mais que deverá ser meticolosamente controlado para ser útil ao capital.

Este instrumento a mais no conjunto das forças produtivas – o corpo individual – constitui-se em espaço de investimento do poder que a nova sociedade exerce, uma vez que

o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica [FOUCAULT, 1985, p. 203].

Como o corpo dos indivíduos é elemento constitutivo das forças produtivas da nova ordem, constituindo-se desse modo em realidade biopolítica, o poder de que se revestem certas práticas sociais que nele investem é quase absoluto. Particularmente, poderíamos nos referir àquelas que se constituem a partir de um "conhecimento" deste corpo... biológico e orgânico, tais como a medicina, e as formas que ela aprimora para influir de maneira coercitiva e repressiva na sociedade, formas estas fundamentais para a manutenção da nova ordem.

Foucault (1985, pp. 202-203) observa que, dentro de uma manufatura de poder estatal que tende a se estender e se afirmar du-

13. "A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo ou indiretamente como meio de produção" (MAY, 1985, pp. 41-42). No caso do "corpo", ele tomará a forma de mercadoria de modo indireto, ou seja, como meio de produção.

rante o século XVIII, a medicina, já entendida como técnica geral de saúde, assume lugar de importância cada vez mais destacada. Por sua vez o médico passa a consagrar uma parte cada vez maior de seu tempo às tarefas mais gerais do ponto de vista administrativo, as quais lhe foram fixadas pelo poder. Essas tarefas dizem respeito à própria dinâmica da sociedade, pois abrangem preocupações acerca da saúde e da doença dos indivíduos, de suas condições de vida, de suas habitações, costumes e hábitos. É neste momento que tem início a formação de um saber médico administrativo, "o médico se torna o grande conselheiro e o perito, se não na arte de governar, pelo menos na de observar, corrigir, melhorar o 'corpo' social e mantê-lo em permanente estado de saúde"¹⁴.

Podemos afirmar que o conhecimento médico, ao curar doenças, conter epidemias, e, neste sentido, aumentar o tempo de vida útil dos indivíduos, significou uma certa "libertação" para o homem e para a sociedade. Entretanto, não podemos deixar de apontar o caráter contraditório deste conhecimento que, ao mesmo tempo que liberta, aprisiona: transforma-se em mecanismo de controle por parte do Estado, que o reconstrói em poder disciplinar e, de modo ora sutil, ora acintoso, utiliza-o para o controle das grandes massas urbanas. Portanto, o contraponto que nos interessa analisar é tudo o que se ousou fazer em "nome da saúde" para a manutenção da "ordem burguesa" e, neste particular, pelo

efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... [...] através de um trabalho insistente, obstinado, metucioso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio [FOUCAULT, 1985, p. 146].

Se houve um investimento sobre o "corpo sadio", uma exaltação até, como se refere M. Foucault, as concepções de "corpo doente"

14. Michel Foucault (1985, p. 203), afirma ainda que é a "função de higienista mais do que (os) prestígios de terapeuta, que assegura aos médicos] esta posição politicamente privilegiada no século XVIII, antes de se-la econômica e socialmente no século XIX".

também não podem ser negligenciadas, uma vez que também desempenham um determinado papel na construção do indivíduo moderno e, sobretudo, da sociedade.

Segundo Madel T. Luz, a concepção de

corpo docente como corpo individual, objeto de intervenção médica, ajuda a constituir o indivíduo moderno, este átomo de um corpo mais amplo que a razão social ordena. A medicina, elaborando no discurso a categoria, e na prática social – através da clínica – o sujeito "paciente", desviante de um quadro geral de normalidade (média), ajuda a constituir o sujeito individual como objeto de ordenação da racionalidade social [Luz, 1988, p. 92].

De fato, as concepções, os valores e os hábitos que a ciência médica desenvolveu tiveram um papel significativo na construção e na ordenação da racionalidade social, racionalidade esta que nasce colada às exigências de saúde do "corpo biológico" para a manutenção da saúde do "corpo social", ou seja, para a produção e reprodução do capital.

A ciência médica, porém, não possui uma homogeneidade de discurso e de prática. Em seus diferentes ramos, apresenta diferentes conceitos sobre a doença¹⁵, a saúde, a cura. Do mesmo modo, também constrói diferentes formas de intervenção no "corpo social" e no "corpo biológico", chegando até a conceber o homem para além dos limites dados pela biologia, pela química e pela fisiologia, aproximando-se de um entendimento da medicina como ciência social. Esta compreensão da medicina deu origem à formação de um novo ramo no interior da ciência médica: a medicina social.

15. Segundo George Rosen "a doença é um processo biológico mais antigo que o homem. Antigo como a própria vida, porque é um atributo da vida. Um organismo vivo é uma entidade lábil em um mundo de fluxo e mudança. A doença e a saúde são aspectos desta instabilidade onipresente, são expressões das relações mutáveis entre os vários componentes do corpo, entre o corpo e o ambiente externo no qual existe. Como fenómeno biológico, as causas da doença são procuradas no reino da natureza; mas no homem a doença possui ainda uma outra dimensão: nele a doença não existe como 'natureza pura', sendo medida e modificada pela atividade social e pelo ambiente cultural que tal atividade cria" (1979, p. 77).

A medicina social¹⁶, que se estrutura a partir do século XIX, procura demonstrar que a verdadeira origem, causa ou determinação da doença era a realidade social, absolutamente opressora, do capitalismo a partir do século XIX. A fome, a miséria e a dominação tinham, para esta concepção de medicina, uma relação direta com a origem das doenças, não sendo suficiente, portanto, apenas a intervenção médica no corpo individual ou no coletivo social para o restabelecimento ou o estabelecimento da saúde, como postulava a medicina clínica. Não pode haver saúde sem que se mude a sociedade, pois é a estrutura social que explica o surgimento das doenças.

Este discurso da medicina social, mais identificado com os "direitos do cidadão" da Revolução Francesa ou com o ideário socialista presente no movimento revolucionário de 1848¹⁷, não será dominante. Segundo M. T. Luz, serão dominantes as

concepções, teorias e categorias higienistas, com profundas implicações moralizadoras, com propostas políticas implicando adaptação de sujeitos, grupos e classes às regras médicas num processo racionalizador civilizatório [1988, p. 94].

No conjunto das concepções apontadas como dominantes pela autora, terão ainda espaço aquelas que tematizam o meio circundante ao homem (meio natural, material ou institucional) como o alvo da intervenção médica, tais como o sanitariano, a policia médica e a engenharia sanitária.

A feição da sociedade era por demais grotesca. Assumir concepções de medicina próprias à medicina social, que afirmavam

16. George Rosen afirma que desde "o século XVIII vários médicos reconheceram a necessidade de abordar a medicina e a higiene levando em consideração sua inserção social [...] mas coube ao século XIX desenvolver a ideia da medicina como ciência social e finalmente formular com maior precisão e clareza o conceito de medicina social" (1979, p. 78).

17. Para uma análise mais detalhada sobre a participação dos médicos no movimento revolucionário de 1848 e da medicina como aquela capaz de fundir-se com as crenças políticas próprias daquele movimento, ver Rosen, 1979, especialmente o capítulo intitulado "O que é Medicina Social? Uma análise genética do conceito", pp. 77-141.

ser a miséria, as condições de habitação, entre outros fatores, os causadores das doenças, poderia comprometer a reprodução do capital. Mas, contraditoriamente, esta reprodução ficava comprometida exatamente porque toda esta gama de fatores apontados, inevitavelmente, atacavam a força vital das nações em suas próprias raízes¹⁸.

A industrialização ocorrida na Inglaterra, França e, por volta da metade do século XIX, na Alemanha foi acompanhada, segundo George Rosen, de uma "matança de inocentes. [pois aqueles] que sobreviviam ao berço eram abandonados aos ternos cuidados da fábrica e da mina" (ROSEN, 1979, p. 87).

Os "cuidados" da fábrica e da mina poderiam ser traduzidos, ou melhor, se expressavam nas periódicas epidemias, na mortalidade infantil, assim como também na falta de soldados para os exércitos. A debilidade física era tal que os homens não mais atingiam a altura mínima exigida para o ingresso na tropa, problema que obrigou o exército francês e o alemão, ao longo século XIX, a diminuir paulatinamente a altura mínima exigida, pois, caso essa medida não fosse tomada, não haveria homens disponíveis para o serviço militar¹⁹.

Degeneração progressiva, diminuição de peso e estatura, morte. Esta era uma das faces mais horripilantes (e que se tentava ocultar) da nova sociedade. Ela expressava de modo contundente a própria contradição do capital: a riqueza e a miséria. Tornava-se

18. "Os problemas de saúde suscitados pela Revolução Industrial não afetavam apenas o proletariado mas também as classes dominantes. Em primeiro lugar, elas não ficavam imunes às epidemias que grassavam nos novos centros industriais. Em segundo lugar, as más condições de vida e de saúde deveriam reduzir significativamente a produtividade do trabalho. E, em terceiro lugar, a situação desesperadora em que se encontrava a classe operária era terreno fértil para movimentos de revolta, que punham em perigo a ordem constituída. Começou a ficar claro para a própria classe dominante que urgia remediar esta situação, criando-se condições mínimas para que a força de trabalho pudesse se dar de modo sistemático e para que a capacidade de trabalho dos operários fosse preservada" (SINGER, CAMPOS & OLIVEIRA, 1981, p. 21).

19. Dados acerca deste assunto podem ser encontrados em Karl Marx (1985). Transcrevendo a fala dos Inspetores de fábrica, Marx vai mostrando, através daqueles relatos, como a altura dos soldados, tanto na França quanto na Alemanha, foi diminuindo desde o final do século XVIII, fato este acompanhado da diminuição no número de soldados aptos para o serviço militar, p. 270.

impertoso amenizar este quadro, não apenas com leis trabalhistas, pois, afinal, os exércitos deviam ser preservados... e a indústria, ela também se alimentava do vigor físico dos seus operários. Os "corpos saudáveis" eram uma exigência do capital.

* Todavia se os "corpos saudáveis" eram uma exigência do capital, os "corpos doentes" não deveriam ser considerados como produto das condições de vida geradas pelas relações de produção inerentes a esse modelo económico. Era de fundamental importância para a classe no poder encontrar outras causas, que não as sociais, para explicar a degradação social, física e intelectual da maioria da população.

Se as causas não podiam ser sociais, elas seriam biológicas, físicas (meio físico), "naturais" e... morais. O discurso e a prática médica oriundos da medicina social em suas concepções predominantemente, ou seja, naquelas higienistas, de forte caráter moralizador, normativo e adaptativo-educativo, irão constituir-se em instrumentos de intervenção na sociedade. Irão impor-se no sentido de alterar hábitos, costumes, crenças e valores. Têm a pretensão de reafirmar uma assepsia neste meio físico – fonte de todas as misérias – na mesma medida em que pretendem impor-se à família, ditando-lhe uma educação física²⁰, moral, intelectual e sexual.

O discurso higienista na Europa do século XIX veiculava a idéia de que as classes populares viviam mal por possuírem um espírito vicioso, uma vida imoral, libérrada de regras e que, portanto, era premente a necessidade de garantir-lhes não somente a saúde, mas fundamentalmente a educação higiénica e os bons hábitos morais.

Poderíamos afirmar que o pensamento médico higienista, elegendo a família como lugar privilegiado de intervenção, "auxíllia" o Estado num processo de reorganização disciplinar da classe traba-

20. Ao longo deste trabalho o termo "educação física" escrito com letra minúscula refere-se aos cuidados corporais e higiénicos considerados pelos médicos como necessários à prevenção das doenças e à manutenção da saúde. É importante acentuar que, para os médicos, os exercícios físicos eram considerados como medida higiénica, portanto, integravam essa "educação física". Todavia, não seria prudente afirmar que toda vez que os médicos escrevem sobre, ou implementam medidas para viabilizar a educação física, os exercícios físicos estejam presentes.

Ihadora, reorganização esta que é complementada pela educação escolar e por todo o conteúdo de classe que ela veiculará.

Foucault observa que, desde o final do século XVIII, a "medicalização da família" foi uma das formas intervencionistas utilizadas pelo Estado para moralizar e domesticar as classes trabalhadoras e o

corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, limpidado, arejado, a distribuição medicamente perfeita dos indivíduos, dos lugares, dos leitos, dos utensílios... constituem algumas das leis morais essenciais da família. E desde essa época a família se tornou o agente mais constante da medicalização [1985, p. 199].

A ênfase dada pelas instituições à família no decorrer do século XVIII, acentuada no século XIX, é fundamental para a manutenção da ordem. A família moderna burguesa, bem como a família operária, desempenha uma função determinante na estruturação dos papéis que seus membros, individualmente, deverão desempenhar na sociedade.

Uma das formas medicalizantes de intervenção do Estado sobre a família ocorre através da Puericultura²¹, que, traduzida como prática médica, terá um relevante papel na normalização do "corpo social", uma vez que deseja exercer uma atuação sobre a forma de vida dos indivíduos em sua intimidade na família, no trabalho, no cotidiano.

Atuando diretamente sobre a família, a Puericultura tem, portanto, um interlocutor privilegiado dentro desta estrutura. Ela conversa com a mãe sobre a criança, uma criança que precisa ser

21. "A Puericultura [...] surge em fins do século XIX, na França, e propõe-se a normalizar todos os aspectos que dizem respeito à melhor forma de se cuidar das crianças, com vistas à obtenção de uma saúde perfeita. Ela será ouvida principalmente através da voz dos médicos, dirigindo-se à todas as crianças, indistintamente, mas se colocará como mais necessária àqueles que nascem em um meio social desfavorável, com inúmeros riscos para a saúde. E é neste momento que se pode apontar o seu caráter ideológico, porque toma uma situação que é efeito e a transforma em causa: pensa as más condições de saúde como consequência de uma falta de informações por parte das pessoas e não como reflexo de uma situação de vida em que a má saúde e a ignorância fazem parte de uma única condição de inferioridade social [...]". (NOVAES, 1979, p. 11).

educada, disciplinada, cuja responsável - a mãe - deverá dominar o conjunto de medidas médicas, que se tornam "normas" de como educar as crianças, cuidar da casa, do marido e de um espaço que, de um outro ângulo, a sociedade vai delimitando à mulher. A transmissão de conhecimentos e valores, bem como a estabilização, a harmonia da família, passam a ser de sua responsabilidade, e a figura da mulher-mãe aparece como ideal. Ela será, portanto, a peça fundamental no interior das estratégias elaboradas para a domesticação da classe operária. Para isto, deverá ter um lugar apropriado "dentro do lar", ela será a "mulher do lar", a "mãe dedicada", a "salvação do homem"... será o instrumento privilegiado para desencadear o processo racionalizador civilizatório da classe operária (Costra, 1981, p. 8).

O pensamento positivista irá reforçar, ou melhor, respaldar esta concepção de mulher.

Augusto Comte afirmava que a mulher deveria ser sustentada pelo homem, pois somente assim ela seria capaz de preencher convenientemente seu "santo destino social", uma vez que, para o culto positivo, a mulher, como "sexo afetivo", é considerada como a providência moral da espécie. É ela que preserva a família, compreendida como "base moral da sociedade". É necessário, portanto, fazer prevalecer nesta instituição, a influência feminina, transformando a mulher "... em supremo árbitro privado da educação universal" (Comte, 1983b, p. 131).

Este discurso positivista sobre a mulher se colocava como resposta aos problemas inerentes às relações de produção próprias do capitalismo.

O valor pago pela força de trabalho feminina era infinitamente inferior àquele pago pela força de trabalho masculina, criando assim uma aparente rivalidade entre ambos, rivalidade esta necessária para ocultar o verdadeiro rival do trabalhador, o capital.

O capital impunha determinadas condições de trabalho, visando o lucro e a sua própria reprodução, fazendo com que os homens perdessem seus empregos para as mulheres, uma vez que elas, executando a mesma tarefa, recebiam salários menores. As mulheres, além de exploradas pelo processo de trabalho na sociedade industrial, que lhes permitia no máximo alimentar-se, acabavam não

dispondo de tempo algum para cuidar de seus filhos, perdendo-os muitas vezes pela total falta de cuidados.

Essa exploração irrefletida do trabalho das mulheres ameaça a longo prazo as forças produtivas da nação. Ela se faz cúmplice de uma destruição da família através de um odioso abuso do poder patriarcal [DONZELOT, 1986, p. 39].

A necessidade de criar em torno da mulher um conjunto de tarefas que ideologicamente só poderiam ser por ela executadas tornava-se absolutamente indispensável. E é dentro de um quadro de ameaça à produção que a "educação" da mulher torna-se fundamental para a manutenção da ordem.

Segundo J. Donzelot (idem, pp. 41-42), a mulher passa a ser preparada para a vida familiar e para o casamento, e as carreiras profissionais que a ela se abrem nada mais são do que um prolongamento de suas atividades domésticas.

O enquadramento da mulher como "mulher-mãe", "esposa" "dona-de-casa", fundamentava-se em descobertas científicas²² que imputavam à "natureza", e não à sociedade e à cultura, as diferenças entre homens e mulheres em relação ao espaço que ambos poderiam ocupar na produção. O espaço da mulher seria o lar, pois esta era uma exigência da produção. O que se cria em torno da mulher e sobre ela tem a função precípua de preservar a capacidade de trabalho das massas urbanas e fazer dela um indivíduo ca-

paz de veicular valores e de internalizar e disseminar práticas higiênicas moralizadoras.

Com seu "trabalho doméstico" revalorizado e colocado à altura de profissão, a mulher poderá

introduzir na vida operária elementos de higiene relativos à criação das crianças, à alimentação, à regularização dos comportamentos cuja ausência explicava a frequência das mortes prematuras, das doenças, das insubordinações: o hábito de viver em casas de cômodos, de fazer as refeições em tavernas, de preferir, em suma, viver na rua, viver em cabarés, não está no princípio dessa decadência física e dessa independência moral da classe operária? [DONZELOT, 1986, p. 38].

São esses hábitos a "fonte de toda a miséria" da classe operária. É preciso reorganizar suas vidas, alterar radicalmente seus hábitos... redefinir o seu espaço de vida. Os sanitaristas²³ se encarregarão de executar esta "nobre" tarefa a eles outorgada pelo Estado. É em nome da "saúde" que se fará uma assepsia no meio físico... e será promovido o uso higiênico da habitação.

É assim que os programas de habitação popular surgem como mais um instrumento de controle social da classe operária. A habitação passa, então, a construir-se neste quadro em espaço privilegiado da mulher, essa "salvadora" da moral e dos bons costumes. É a habitação que lhe permitirá, enfim, tirar o homem das ruas, dos cabarés, do vício... moralizá-lo e afastar dele todos aqueles que foram estranhos ao ambiente doméstico.

Segundo N. R. Costa (1984, p. 9), os higienistas da Europa do século XIX lutavam ferrenhamente contra a "insânia e a imoralidade" do que foi herdado do antigo regime naquilo que se refere às habitações populares, locais assumidos até então pela classe operária como abrigo, refúgio, local de defesa e de autonomia...

22. E. Durkheim descreve pesquisas nas quais, ao serem comparados um grande número de crânios selecionados em sociedades e raças distintas, pode-se chegar à seguinte conclusão: "O volume do crânio do homem e da mulher mesmo quando se compararam pessoas de igual idade, estrutura e peso iguais, apresenta diferenças consideráveis em favor do homem e esta desigualdade vai igualmente crescendo com a civilização, de maneira que, do ponto de vista da massa e, por conseguinte, da inteligência, a mulher tende a diferenciar-se cada vez mais do homem" (1983, pp. 27-28). A anatomia frenológica de Gall "comprovava" também a inferioridade da mulher em relação ao homem. Esta inferioridade poderia ser aprendida pela predominância, na mulher, das "faculdades afetivas" em detrimento das "faculdades intelectuais" pois "Gall observa que as mulheres têm geralmente a cabeça mais volumosa na parte posterior e a fronte mais estreita, le Gall atribui as partes posteriores do cérebro às faculdades afetivas e as partes anteriores às faculdades intelectuais" (José Joaquim Francisco Malra apud Costa, 1983, p. 235).

23. "O sanitarismo representou uma concentração de forças em mãos do Estado que garantiria a possibilidade de empreender [...] reformas e o desenvolvimento dos serviços de saúde representou uma concentração de poder em mãos dos médicos" (Lima, 1985, p. 83).

• Era necessário, portanto, organizar um outro espaço, um espaço que fosse amplo o suficiente para ser higiénico, porém pequeno o bastante para que não mais que uma família nele pudesse morar. E este era o novo "reino" da mulher popular... o ambiente que ela, através de sua competência doméstica, deveria tornar atraente e dele ser vigilante... "Se o homem preferir o exterior, as luzes do ca-baré, se as crianças preferirem a rua, seu espetáculo e suas promiscuidades, será culpa da esposa e da mãe" (DONZELOR, 1986, p. 46).

Desse modo, a classe no poder isentava-se de qualquer responsabilidade, e o agravamento da decadência física e da degradação moral da classe operária passava a ser sempre atribuída a ela mesma, quer seja através da mulher, quer seja através de toda a família, ou seja, a sua resistência a novos hábitos, a sua ignorância, a sua insensatez.

As altas taxas de morbimortalidade, sempre mais altas no meio operário, passam a ser de responsabilidade da família e, particularmente, da mulher. E é assim que, contraditoriamente, num mesmo momento de grandes descobertas²⁴, como foi o final do século XIX, vem a ser reforçada a

Tendência ideológica de pensar a doença [...] como resultado da responsabilidade individual, [outorgando-se] à classe dominante [...] uma tarefa humanitária e filantrópica - educar, esclarecer, civilizar enfim esses "novos bárbaros" cuja ignorância e incuria seria a própria causa de sua vitimação [Lima, 1985, pp. 84-85].

São os médicos higienistas que, investidos de uma autoridade que lhes outorga o Estado pelo conhecimento que detêm sobre o "corpo biológico" dos indivíduos, vão pensar e implementar estratégias de "bem viver", uma vez que "adoecer deixava de ser uma problemática social e passava a ser uma questão de conhecimento.

24. "O desenvolvimento da medicina bacteriológica [por exemplo] permite a recondução da prática médica aos limites do orgânico [e assim] o desenvolvimento do estudo das doenças infecciosas [não seria] perturbado por considerações sociais e reflexões sobre política médica" (DONNANGELO & PEREIRA, 1979, p. 58).

de boas práticas de vida, de limpeza e de higiene individual" (idem, p. 84).

Não paltram dúvidas sobre a intensa queda da mortalidade observada nos países europeus em fins do século XIX após "medidas de saneamento"²⁵. Entretanto, a grande melhoria da qualidade de vida da classe operária neste período não se deve, exclusivamente, ao saneamento, mas, sobretudo, a sua própria resistência e organização como classe.

O último quartel do século XIX traz uma importante transformação nas relações entre o Estado burguês e a classe operária, cujas reivindicações principais seriam atendidas através de medidas que não atingissem o essencial, ou seja, o modo de produção capitalista. Como contrapartida às medidas "concedidas", o Estado se encarregaria de desenvolver novas formas de controle ideológico. A extensão da escolarização primária, assim como dos serviços de saúde, representariam duas importantes formas de controle ideológico inovadas pelo Estado.

Em nome da saúde, da ordem e do progresso, o poder médico esquadriinha os espaços de vida dos indivíduos e as suas próprias vidas ao definir normas... regras necessárias para a manutenção da saúde de seus corpos biológicos, individuais. O poder médico não mais irá perder-se em elucubrações e tergiversações sobre a causalidade entre pobreza e enfermidade: "cada pessoa é tratada como indivíduo a ser higienizado" (idem, p. 25).

• As tecnologias políticas que investirão sobre o corpo, sobre a saúde, sobre as formas de se alimentar e morar serão traduzidas pelo discurso da boa higiene, que irá postular as "regras de bem viver", as quais, uma vez "conhecidas", permitiriam o alcance da tão almejada "saúde". Entretanto, o que este discurso omite é que são as condições sociais e as diferenças de classes que impedem o pleno acesso às tão decantadas regras de "bem viver", e não o seu simples "(des)conhecimento". O pensamento médico higienista vai criar um universo de modos, atitudes e saberes (que devem ser conhe-

25. Sobre os índices de queda de mortalidade, qualidade de vida, condições de trabalho, ver Singer, Campos e Oliveira (1981), especialmente o capítulo intitulado "Da revolução vital à medicalização da sociedade" (pp. 37-62).

cidos) e que são requeridos pela civilização burguesa para a manutenção da ordem.

• Dentro deste quadro político, social e econômico é elaborada mais uma forma de intervenção na realidade social, a qual operará tanto no âmbito corporal dos indivíduos isoladamente, quanto no âmbito do "corpo social", quando tornada hábito. Estamos nos referindo à Educação Física, que, já no século XIX, chega aos foros científicos com seu conteúdo médico-higiénico e com sua forma disciplinar voltada ao "corpo biológico" (individual) para, a partir dele, moralizar a sociedade, além de "melhorar e regenerar" a raça.

A Educação Física construída por uma sociedade naturalizada e biologizada será então tomada como a "educação do físico", e associada diretamente à saúde do "corpo biológico" (leia-se social). Os médicos higienistas, imbuídos da certeza de que detinham uma maior competência para redefinir os "hábitos" da família moderna, não poderiam deixar de influenciar de maneira decisiva o referencial de conhecimentos necessários para o desenvolvimento da Educação Física, um mecanismo a mais utilizado na construção do homem novo, este sujeito do capital.

CAPÍTULO • DOIS

"EM NOME DA SAÚDE DO CORPO SOCIAL..."

1. INSTITUIÇÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO FÍSICA: "CONTRIBUIÇÃO" PARA MANTER E PREVENIR A SAÚDE DO CORPO SOCIAL

No segundo quartel do século XIX, a burguesia europeia, particularmente aquela dos países centrais da dupla revolução, já dispunha de elementos suficientes para afirmar que a força física de uma nação interfere em sua prosperidade. Já havia, naquele momento, o entendimento por parte dos proprietários dos meios de produção de que o vigor físico dos trabalhadores era essencial para o avanço do capital.

O corpo dos indivíduos, como mais um instrumento da produção, passava a constituir uma preocupação da classe no poder. Tornava-se necessário nele investir. Todavia, esse investimento deveria ser limitado para que o corpo nunca pudesse ir além de um corpo de um "bom animal"¹. Era preciso adestrá-lo, desenvolver-lhe o vigor físico desde cedo... discipliná-lo, enfiar, para sua função na produção e reprodução do capital.

1. Esta expressão é utilizada por Herbert Spencer (apud Bakusa, 1946, p. 75).